

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.646 - BA (2019/0294939-8)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : ALEX MATOS SAMPAIO (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ALEX MATOS SAMPAIO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (HC n. 8005504-69.2019.8.05.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi condenado em 7/2/2019 à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão, a ser cumprida no regime semiaberto, negado o direito de recorrer em liberdade, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, I e IV, do Código Penal Brasileiro (e-STJ fls. 40 e 41).

A Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, carência de fundamentação e desproporcionalidade do decreto prisional, tendo em vista o regime fixado para o início do cumprimento da pena, qual seja o semiaberto (e-STJ fl. 104). O Tribunal, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 102 e 103):

*HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS. PACIENTE CONDENADO À PENA DE 02 (DOIS) ANOS e 04 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO EM REGIME INICIAL SEMIABERTO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA POR OCASIÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA, EM 07.02.2019, PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MANUTENÇÃO DA PRISÃO QUE SE MOSTRA NECESSÁRIA PARA COIBIR A PRÁTICA DE NOVOS DELITOS. PACIENTE REINCIDENTE NA PRÁTICA DE CRIMES PATRIMONIAIS, ALÉM DE RESPONDER A DIVERSAS OUTRAS AÇÕES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.*

*1. Evidencia a denúncia que foi imputada ao paciente a prática de furto de um rádio, um espremedor de frutas industrial, uma sanduicheira elétrica e uma gavetinha de mesa contendo a*

# Superior Tribunal de Justiça

quantia de RS 20,85 em espécie, da Lanchonete e Restaurante da Célia, pertencente à vítima Alfredo Santos de Aragão, fato praticado em concurso de pessoas e mediante arrombamento, evento ocorrido em data de 22 de junho de 2017, por volta das 03 horas, na Avenida San Martin, nesta Capital.

2. Paciente preso em flagrante em 22.06.2017, acusado do crime previsto no art. 155, § 4º, inciso I do CP, teve prisão relaxada em 06.07.2017, não sendo posto em liberdade, à época, por conta de processo de execução, em razão de outra condenação, sendo condenado na ação penal objeto da presente impetração, em 07.02.2019 à pena de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão em regime inicial semiaberto, ocasião em que teve prisão preventiva decretada.

3. Prisão preventiva decretada para garantia da ordem pública, com intuito de coibir a prática de novos crimes, tendo em vista o reconhecimento, no édito condenatório, da reincidência do paciente em crimes de natureza patrimonial. Decisão devidamente fundamentada. Ausência de alteração fática apta a desconstituir o decreto combatido.

Na presente oportunidade, a Defensoria Pública alega que as decisões que decretaram e mantiveram o recorrente no cárcere preventivo não guardam amparo legal, ferindo o art. 312 do CPP e o princípio constitucional da presunção de inocência, pois "*vergastado em conjecturas e presunções de que o paciente voltaria a cometer novas práticas delitivas*" (e-STJ fl. 122).

No mais, ressalta que o recorrente permaneceu em liberdade durante todo o curso da ação penal, asseverando, ainda, que o Juízo sentenciante tinha conhecimento prévio de que existiam outros processos contra o recorrente, bem como a sua reincidência (e-STJ fls. 125 e 126).

Por fim, reafirma que o decreto preventivo é desproporcional, pois constitui "**MEDIDA MAIS GRAVOSA DO QUE A PRÓPRIA PENA DECRETADA EM SEU ÉDITO CONDENATÓRIO 2 (DOIS) ANOS E 4 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO EM REGIME SEMIABERTO**" (e-STJ fl. 126).

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para restituir a liberdade do recorrente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório, **decido**.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que as disposições previstas nos arts. 64, III, e 202 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do Relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de *habeas corpus* e de recurso em *habeas corpus*, a pretensão que se conforma com súmula ou a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contrária (AgRg no HC n. 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/7/2019; AgRg no HC n. 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 3/12/2018; AgRg no HC n. 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 11/4/2019, DJe 22/4/2019; AgRg no HC n. 426.703/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018 e AgRg no RHC n. 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, *uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do habeas corpus constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de habeas corpus apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental* (AgRg no HC n. 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Na verdade, a ciência posterior do *Parquet* que, *longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em*

# Superior Tribunal de Justiça

*princípio, já é conhecido ( EDcl no AgRg no HC n. 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).*

*Em suma, para conferir maior celeridade aos habeas corpus e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do writ antes da ouvida do Parquet em casos de jurisprudência pacífica (AgRg no HC n. 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 6/8/2019, DJe 13/8/2019).*

Entendo ser o caso em exame.

Eis os principais argumentos elencados pelo Magistrado de primeiro grau para a custódia cautelar do recorrente: "(...) **diante da reiteração criminosa do sentenciado em crimes patrimoniais, diga-se de passagem, situação retratada em inúmeros processos criminais a que responde em juízos diversos (fls. 161/167)**". Ao final, decretou a prisão do réu (e-STJ fls. 40 e 41):

*(...) Com fundamento no artigo 387 § 1º do Código de Processo Penal, **DECRETO a prisão preventiva de ALEX MATOS SAMPAIO**, pelos fatos e fundamentos constantes nesta decisão, como forma de garantir da ordem pública e, em consequência, **NEGO ao sentenciado o direito de recorrer em liberdade.***

***EXPEÇA-SE MANDADO DE PRISÃO**, devendo ser encaminhado à Polinter para o seu imediato cumprimento, assim como enviado ao estabelecimento prisional competente, na hipótese do sentenciado se encontrar custodiado por força de decisão judicial oriunda de outro processo a que responde.*

Disse o Tribunal estadual ao denegar a ordem (e-STJ fl. 110):

*No contexto dos autos, e conforme bem destacado na sentença, a prisão do paciente se faz necessária, tendo em vista a sua reincidência na prática de crimes de natureza patrimonial, salientando-se que a sua dedicação ininterrupta à atividades ilícitas, constitui atitude que abala e perturba a ordem social,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*exigindo a adoção de uma postura mais rígida por parte do Poder Judiciário no que diz respeito à liberdade do acusado em processo penal.*

*Em suma, inexistindo qualquer alteração fática apta a desconstituir o decreto preventivo, conclui-se que volta do paciente ao meio social, neste momento, não é oportuna e conveniente, sendo imperioso que permaneça recolhido ao cárcere, de modo a evitar e prevenir a reiteração da prática criminosa, salvaguardando, assim, a ordem pública, não restando, portanto, configurado o constrangimento ilegal alegado.*

Com efeito, *O histórico criminal do agente, a revelar fundado receio de reiteração na prática criminosa, autoriza, por si só, o decreto de prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal (HC n. 304.240/BA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 5/5/2015, DJe 14/5/2015).*

Observa-se, porém, que o Juiz singular fixou o regime inicial semiaberto ao paciente (e-STJ fls. 40 e 41):

*Verificado que o tempo de custódia provisória em nada irá alterar o regime prisional a ser fixado, em consonância com o disposto pelo artigo 33 §§ 2º e 3º do Código Penal e atento à Súmula 269 do STJ, a vista da sua reincidência, **o sentenciado ALEX MATOS SAMPAIO deverá iniciar o cumprimento da pena em regime semiaberto.***

Porém, o Juiz de primeiro grau fixou o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena. Nesse contexto, manter o paciente segregado cautelarmente representa a (ilegal) imposição de um regime prisional mais gravoso do aquele que foi estabelecido na sentença condenatória, caso ele opte por exercer o direito constitucional ao duplo grau de jurisdição.

Embora não se possa antecipar, nesse juízo perfunctório, a liberdade provisória ao paciente, ele tem o direito de aguardar o julgamento de eventual recurso interposto no regime prisional fixado pela sentença, qual seja,

o semiaberto.

Nesse sentido, confirmam-se os julgados desta Corte:

*HABEAS CORPUS. MANDAMUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA 691/STF. EXCEPCIONALIDADE DO CASO CONCRETO. ROUBO MAJORADO. CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO CONCRETO. CUSTÓDIA JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. REGIME INICIAL SEMIABERTO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE COM A PRISÃO PROCESSUAL. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA COM O MODO DE EXECUÇÃO FIXADO. COAÇÃO ILEGAL EM PARTE EVIDENCIADA. CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

- 1. O STJ, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do STF, como forma de racionalizar o emprego do habeas corpus e prestigiar o sistema recursal, não admite a impetração em substituição ao recurso próprio, salvo nos casos de flagrante ilegalidade.*
- 2. Excepcionalmente, admite-se a superação da Súmula 691/STF, que inviabiliza a impetração de mandamus contra o indeferimento da liminar, nos casos de manifesta ilegalidade que possa justificar a concessão da ordem de ofício, circunstância verificada na espécie.*
- 3. Não há ilegalidade quando a constrição processual está fundada na necessidade de se acautelar a ordem pública, em razão da periculosidade social do agente envolvido, denotada pelo seu histórico criminal.*
- 4. O fato de o recorrente responder outras quatro ações penais é hábil para evidenciar que ostenta personalidade voltada à criminalidade e demonstrar a real possibilidade de reiteração, justificando sua manutenção no cárcere para recorrer.*
- 5. A orientação pacificada nesta Corte Superior é no sentido de que não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante a persecução criminal, se presentes os motivos para a preventiva.*
- 6. Não é razoável manter o réu segregado durante o desenrolar da ação penal, diante da persistência dos motivos que ensejaram a prisão preventiva, e, por fim, libertá-lo apenas porque foi agraciado com regime de execução diverso do fechado,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*permitindo-lhe que, solto, ou mediante algumas condições, aguarde o trânsito em julgado da condenação.*

*7. Necessário, contudo, adequar a prisão com o modo de execução intermediário aplicado na sentença, sob pena de estar-se impondo ao condenado modo mais gravoso tão somente pelo fato de ter optado pela interposição de apelo.*

*8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida em parte, de ofício, para, confirmando-se a liminar anteriormente deferida, determinar que o recorrente aguarde o julgamento de eventual apelação em estabelecimento adequado ao regime prisional fixado pelo Juízo sentenciante - o semiaberto, salvo se estiver preso por outro motivo. (HC 326.945/PI, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO – Desembargador convocado do TJ/PE – Quinta Turma, julgado em 17/9/2015, DJe 1/10/2015).*

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO EM CONCURSO DE PESSOAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DOS PACIENTES. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO DECRETO PREVENTIVO. MODUS OPERANDI. REGIME INICIAL SEMIABERTO. COMPATIBILIDADE ENTRE A PRISÃO CAUTELAR E O REGIME MENOS GRAVOSO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*I - A Primeira Turma do col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso ordinário (v.g.: HC 109.956/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 11/9/2012; RHC 121.399/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 1º/8/2014 e RHC 117.268/SP, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 13/5/2014). As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do writ substitutivo em detrimento do recurso adequado (v.g.: HC 284.176/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 2/9/2014; HC 297.931/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 28/8/2014; HC 293.528/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 4/9/2014 e HC 253.802/MG, Sexta Turma,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 4/6/2014).*

*II - Portanto, não se admite mais, perfilhando esse entendimento, a utilização de habeas corpus substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração.*

*Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.*

*III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação pelas instâncias superiores (HC n. 93498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 18/10/2012).*

*IV - In casu, os pacientes foram condenados à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial semiaberto pelo crime de roubo majorado pelo concurso de pessoas, praticado mediante grave ameaça exercida com simulação de arma de fogo e agressão desferida contra a vítima, circunstâncias que denotam o grau de periculosidade dos agentes.*

*V- Dessa forma, dados concretos extraídos dos autos evidenciam que a liberdade dos pacientes acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada a periculosidade, evidenciada na forma pela qual o delito foi praticado (modus operandi).*

*VI - Estabelecido na sentença condenatória o regime semiaberto para o início do cumprimento das penas, e ressalvado o entendimento pessoal deste relator, devem os pacientes aguardar o trânsito em julgado das condenações em tal regime, compatibilizando-se a prisão cautelar com o modo de execução determinado na sentença condenatória.*

*Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para determinar que os pacientes aguardem o trânsito em julgado das condenações no regime semiaberto. (HC 310.676/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 9/6/2015, DJe 16/6/2015).*

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento



# *Superior Tribunal de Justiça*

Interno do STJ, **conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento**, para determinar que o recorrente seja transferido para um estabelecimento prisional compatível com o regime prisional fixado pelo Juízo sentenciante (o semiaberto), salvo se por outro motivo estiver preso.

**Comunique-se, com urgência**, ao Tribunal impetrado e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes o inteiro teor da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

